(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O Governo da RAEM deve evitar reduzir o apoio às camadas sociais desfavorecidas e implementar, quanto antes, medidas de apoio às microempresas

Em 14 de Dezembro de 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução n.º 45/106, designando o dia 1 de Outubro como o Dia Internacional dos Idosos. Em Macau, foi promulgada, em 20 de Agosto de 2018, a Lei n.º 12/2018 (Regime jurídico de garantias dos direitos e interesses dos idosos), o que demonstra a necessidade de o Governo garantir os direitos e interesses dos idosos, e evitar a sua redução.

Actualmente, o problema do envelhecimento populacional está a agravar-se em todo o mundo. O Governo deve, então, lançar medidas para evitar que os direitos e interesses dos grupos sociais mais fragilizados, tais como os idosos, sejam enfraquecidos, por exemplo, deve alterar a lei, atribuindo como antes 7000 patacas, no âmbito do regime de previdência central, aos referidos grupos sociais, e concedendo-lhes o montante de 14 000 patacas que deviam ter recebido nos últimos dois anos, para que os mesmos possam superar as dificuldades com que se deparam durante a epidemia.

Macau está a ser afectada pelo novo coronavírus há cerca de dois anos, desde o início de 2020. Sendo uma economia orientada para o exterior, Macau foi bastante afectada pela epidemia. Durante este período, o Governo da RAEM já

(TRADUÇÃO)

aplicou cerca de 100 mil milhões de patacas para lançar medidas de apoio económico. Na sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, que teve lugar em 10 de Agosto de 2021, propusemos ao Governo da RAEM a implementação de uma nova ronda do plano do cartão de consumo no valor de 5000 patacas e de medidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas, com vista a assegurar a qualidade de vida e a estabilidade de emprego da população, e o Governo afirmou que ia alterar o orçamento. Assim sendo, o Governo deve aproveitar esta oportunidade para lançar uma nova ronda do plano do cartão de consumo, aumentando o valor para 10 mil patacas, no sentido de atenuar a contínua subida da taxa de desemprego e de aliviar a pressão económica dos trabalhadores que estão em licença sem vencimento.

A epidemia ainda não está controlada, e até há indícios de que se pode agravar, portanto, para já, ainda não é possível acabar completamente com a doença. Para além da actual forma de prevenção, ou seja, a vacinação, a farmacêutica Merck emitiu recentemente um comunicado, afirmando que o seu medicamento oral Molnupiravir teve bons resultados em ensaio clínico, e que já assinou contratos de compra com a Austrália e Singapura; a Coreia do Sul, a região de Taiwan e a Malásia dizem que estão a negociar com a farmacêutica; e as Filipinas dizem estar a considerar a compra.

Do ponto de vista de longo prazo, conviver com o novo coronavírus já é um tema incontornável. Muitos países já começaram a reabrir as fronteiras, e Zhong Nanshan, académico da Academia Nacional de Engenharia, também disse que a China está a definir medidas para reabrir as fronteiras, mas a premissa é que a

(TRADUÇÃO)

taxa de vacinação contra a COVID-19 seja superior a 80 por cento.

O Governo da RAEM deve definir políticas sobre o contacto com o exterior durante a epidemia, e seguir as políticas de entrada de outros países e regiões, abrindo gradualmente as fronteiras de acordo com a situação epidémica, para cumprir a promessa que fez de transformar Macau num "Centro Mundial de Turismo e Lazer" e numa "Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa" (Um Centro, Uma Plataforma), que é o posicionamento estratégico traçado pelo Estado.

Relativamente à reabertura das fronteiras e à concretização do referido posicionamento estratégico de Macau, o Governo deve estabelecer politicas para, por exemplo, abrir fronteiras a alguns países ou regiões que têm uma taxa de vacinação superior a 80 por cento, negociando com os mesmos, para que o período de quarentena seja reduzido de 21 para 7 dias; para além disso, o Governo deve continuar a adquirir diferentes tipos de vacinas (por exemplo, a vacina oral recentemente desenvolvida), para os residentes escolherem, com vista a criar uma barreira imunológica e a restabelecer gradualmente o contacto com o exterior.

A epidemia afectou toda a população, pois a maioria desta tem de pagar rendas e diversos empréstimos, bem como sustentar a família e pagar as propinas dos filhos, e as microempresas sofreram grandes prejuízos devido ao impacto das últimas vagas da epidemia, especialmente aquelas relacionadas com os turistas do Interior da China, cuja situação de negócio é a pior.

(TRADUÇÃO)

Nas últimas duas semanas, o nosso gabinete recebeu pedidos de ajuda por parte dos lojistas das lojas situadas na Rua Correia da Silva e na Rua do Cunha, na Vila da Taipa, e, segundo os mesmos, a partir de 5 de Outubro de 2021, a Companhia de Electricidade de Macau (CEM) vai realizar umas obras de escavação de grande envergadura na zona em causa. Após o recebimento da comunicação mencionada, os lojistas disseram-nos que as obras afectaram bastante o seu negócio. A epidemia afectou gravemente os seus rendimentos e, devido ao impacto da epidemia, os turistas diminuíram, mas os clientes locais aumentaram.

A realização destas obras de escavação foi repentina, sem passar por uma consulta. Segundo sabemos, o âmbito previsto para o projecto em causa está a paralisar o trânsito da Vila da Taipa, reduzindo a vontade dos residentes de fazer compras nessa zona. Face ao impacto contínuo destas obras e da epidemia, receia-se que irá haver uma nova vaga de encerramentos na zona em causa e ainda uma nova onda de desemprego.

As referidas obras têm uma dimensão grande e vão durar cerca de meio ano (180 dias), por isso, os lojistas estão preocupados com o aumento dos custos operacionais. Os lojistas tomaram conhecimento preliminarmente dos detalhes das obras e consideram que não conseguem enfrentar o seu impacto tendo em conta a recessão da economia.

O problema mais inaceitável para os lojistas reside no facto de nem os moradores nem os lojistas da zona terem sido ouvidos sobre as obras, e a sua realização ter sido rapidamente decidida só pela CEM e aprovada pelo IAM, o que

(TRADUÇÃO)

provocou o descontentamento desses moradores e lojistas. Mais, conforme o projecto aprovado, as obras destinam-se apenas à instalação de um posto de transformação e ao aumento da potência dos contadores de electricidade dos lojistas, e não há nenhuns serviços públicos ou empresas públicas e privadas a realizar as obras em conjunto com a CEM, para evitar a repetição de escavações desnecessárias.

Após o início das obras, durante a execução recente de uma delas (destinada à instalação de gasodutos de gás natural nos edifícios a construir), verificou-se a necessidade de escavar mais fundo no solo para a instalação de tubagem, mas esta obra deixou os lojistas descontentes, pois consideram que não é urgente e que a realização desta obra não importante fez com que o ambiente comercial das lojas daquela zona piorasse ainda mais, e estão preocupados com a prorrogação do prazo de execução devido à dificuldade desta obra.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Tendo em conta o espírito de respeitar os direitos e interesses dos idosos, reflectido na Resolução n.º 45/106 das Nações Unidas e na Lei n.º 12/2018 (Regime jurídico de garantias dos direitos e interesses dos idosos), o Governo da RAEM deve proceder à revisão do respectivo regime, retomando a atribuição anual de 7000 patacas aos idosos, no âmbito de regime de previdência central dos idosos, e concedendo-lhes as 14 000 patacas que deveriam ter recebido nos últimos dois anos; e, no respeitante ao cartão de

(TRADUÇÃO)

consumo, tendo em conta que o actual impacto da epidemia é maior do que o registado em Agosto passado, ou seja, no mês em que teve lugar a sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, o Governo deve considerar lançar uma nova ronda do plano de cartão de consumo e aumentar o respectivo valor de 5 (montante proposto por nós na referida sessão de perguntas e respostas) para 10 mil patacas, com vista a atenuar a pressão sentida pelos residentes no dia-a-dia. Vai fazê-lo?

2. Para além da definição de medidas de apoio às médias, pequenas e microempresas, para evitar uma nova vaga de falências e de desemprego durante a epidemia, bem como o agravamento da recessão económica, o Governo deve proporcionar mais medidas de apoio aos lojistas das lojas situadas na Rua Correia da Silva e na Rua do Cunha, por forma a atenuar-lhes o duplo impacto causado pelas obras de escavação e pela epidemia. Vai fazê-lo?

8 de Outubro de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

José Maria Pereira Coutinho